# PODER OU DOMINAÇÃO? A CRISE HUMANA DA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA[1]

**Antonio Carlos Freddo**
**Esther Cabado Modia**

## Resumo

Este texto analisa o trabalho de Hannah Arendt em "On violence" contrapondo-o a Habermas em seu "O conceito de poder de Hannah Arendt" buscando uma interpretação do exercício do poder na organização empresarial moderna como uma possível forma de manipulação do inconsciente dos sujeitos envolvidos na dinâmica da organização. Utiliza-se a formulação teórica a fim de analisar os acontecimentos que envolveram o Porto de Santos quando da paralização dos portuários contrário ao OGMO, a quem acusavam de estarem "tirando poder dos sindicatos...". A questão que se levantou foi: a transferência para o OGMO, da responsabilidade de decidir e elaborar as escalas de serviço dos portuários poderia vir a causar uma "crise humana" no porto de Santos?

## Palavras-chave

Porto, portuário, poder, violência, dominação, ação estratégica

## Summary

This text analyses the work of Hannah Arendt in "On Violence" in accordance with the proposition of Habermas in his ""Hannah Arendt: on the concept of power". The intention is an interpretation of power and its exercise in modern organization as a possible form of *strategic action*. Not only in the habermasian view of this concept, but one capable of demonstration that what is manipulated is not only the subjects action but also the unconscious.

## Keywords

port, portuary labor, power, violence, domination, strategic action

[1] Este texto, composto basicamente de duas partes, origina-se de duas pesquisas, que caminham juntas, "Imaginário e Relações de Poder" e "As Relações de Trabalho no Porto de Santos", conduzidas atualmente junto ao Programa de Mestrado em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos, Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas Brasil-Espanha. O paper, na sua versão original, foi aceito para apresentação no IX Congreso de Sociología, da Federación Española de Sociología, Barcelona, set/2007.

# PODER OU DOMINAÇÃO?
# A CRISE HUMANA DA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

**Antonio Carlos Freddo**
**Esther Cabado Modia**

## Introdução: O Porto de Santos

Os acontecimentos que envolveram o Porto de Santos, em 2001, quando do cumprimento de uma das fases do programa de modernização e de privatização portuária, quer seja, a transferência, para a esfera de atuação do Orgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO, da chamada "escala de serviços" do Sindicato dos Estivadores[2], e que chamaram a atenção, naquela época, por tratar-se esse de um momento histórico nos 450 anos de história do Porto de Santos, pois a partir da entrada em serviço desse orgão, passaria ele a substituir, integralmente, os sindicatos dos portuários no que se refere à elaboração das escalas de serviço.

Os acontecimentos envolvendo a entrada em vigência dos trabalhos do OGMO, no que se refere especificamente à elaboração da escala de serviços da estiva, refletidos na forma de uma paralisação dos portuários, em greve de quinze dias, em que ocorreram invasões, enfrentamentos de portuários com a polícia, com políticos, com portuários contrários à paralisação, com tripulantes de navios e, principalmente, o discurso "inflamado" dos dirigentes sindicais acusando o governo e o OGMO de estarem "tirando poder do sindicato", poder esse conquistado a partir da década de 1920. Aparentemente, essa era, entretanto, a real finalidade desse orgão.

Os sindicatos dos portuários tornaram-se, desde seu surgimento, promotores da centralização da mão-de-obra, tornando-se, de certa modo, os donos do poder no porto. A

[2] Tema já tratado em outros textos. Ver, por exemplo, FREDDO, Antonio Carlos. Porto, portuário e imaginário. Uma proposta de análise sobre o poder e a autoridade; Del Publico al Privado: la transferencia del poder (un estudio sobre la formación del imaginario del portuario sobre las relaciones de poder en el Puerto de Santos); FREDDO, Antonio Carlos; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. O Sindicato dos Estivadores de Santos e o Processo de Modernização Portuária, entre outros.

criação do OGMO, como órgão gestor da mão-de-obra portuária, altera muda essa dinâmica, alterando o equilíbrio de forças e a estrutura de poder no porto.

A partir do momento da entrada em serviço desse órgão, passou ele a ser o responsável pela elaboração das escalas de serviço, o que significou o fim do monopólio, por parte dos sindicatos, sobre a mão-de-obra portuária.

E assim surgiu a pergunta inevitável: a transferência, das mãos dos Sindicatos para o OGMO, da responsabilidade de decidir e elaborar as escalas de serviço dos portuários podia (naquele momento) ser analisada como uma transferência de poder? É de se lembrar que um dos "chavões" utilizados pelos portuários, é que o OGMO não tem autoridade para definir as escalas. Segundo eles, quem tem autoridade, e poder, são os sindicato. É de se lembrar, também, que o que distingue a autoridade é o inquestionável reconhecimento daqueles cuja obediência é solicitada (ver Arendt, [sd], p. 144).

Apareceu, também, nesse momento, uma nova questão. Baseado em quê o sindicato detém o inquestionável reconhecimento daqueles a quem exige obediência, quer dizer, dos portuários? Baseados em quê os portuários reconhecem a autoridade do sindicato? Considerando-se que a autoridade, uma vez reconhecida, se torna legítima, a primeira hipótese foi a do efetivo exercício do monopólio sobre a mão-de-obra fundamentada num discurso ideológico.

Chamou a atenção, ainda, a forma como os acontecimentos envolvendo o Porto de Santos evoluíram. A finalidade da implementação, por parte do governo central, do programa de modernização e de privatização do porto, foi dita com clareza: tratava-se, o Porto de Santos, na época (falamos de 1993) de um dos mais caros portos do mundo. A privatização do porto visaria, portanto, o aumento da eficiência dos serviços portuários, a diminuição dos custos de manuseio de carga, a diminuição dos custos de mão-de-obra. A privatização do porto visaria, pois, torná-lo atrativo para o comércio internacional. E um de seus principais problemas, senão o principal problema, encontrava-se justamente aí, na mão-de-obra. A centralização da mão-de-obra pelos sindicatos foi principal fator de encarecimento dos custos do porto.

A criação do OGMO alterou essa situação, já que a partir do momento da entrada em operação desse órgão, seria ele o único responsável pela mão-de-obra, sendo dois os fatos

mais relevantes. O primeiro é que é possível afirmar que o poder mudou de mãos. O poder que antes estava nas mão dos sindicatos foi parar nas mãos do OGMO. O segundo, é que essa situação demonstra a instrumentalização da ação estratégica por parte dos sindicatos, quer seja, que o portuário era (e ainda é, de certa forma) estratégicamente usado pelos sindicatos para fins instrumentais.

Seria, assim, possível dizer que esse movimento do poder, de uma esfera para outra, demonstrando que a força existente nas mãos dos sindicatos se baseia na instrumentalização da ação estratégica, é causa geradora da violência que existiu no porto? Poder-se-ia, ao fim, conceituar essa violência como se tratando do uso estratégico do portuário como meio, que ainda existe nos sindicatos e no porto, tomados como organização empresarial?

Persiste, por isso, a proposta deste texto, quer seja, de examinar o conceito de poder para dois autores contemporâneos, Hannah Arendt e Jürgen Habermas, utilizando suas posições a respeito para analisar o que já chamei de "transferência do poder", no porto de Santos.

## Consideração sobre o poder e a violência

Continua atual a análise de H. Arendt em seu "On Violence"[3], de 1970. Os mais de trinta anos que nos separam da análise de H. Arendt em nada a envelheceram. Pelo contrário, continuo afirmando que tal análise é contemporânea de nosso próprio tempo. Nesse texto, H. Arendt examina o que para ela reflete a violência na sociedade moderna. Para ela, nesse momento da sociedade[4], "o desenvolvimento técnico dos implementos da violência atingiu (...) o ponto onde nenhum objetivo político poderia provavelmente corresponder a seu potencial destrutivo ou justificar seu uso atual em conflitos armados" (Arendt, [sd], p. 105). Seu objetivo, racional, seria a inibição de seu uso e não a vitória.

Para a autora, ademais, a violência é distinta do poder e da força, precisando sempre de implementos. Por isso, os avanços da tecnologia, assim como os avanços na fabricação de ferramentas, sempre foi mais pronunciada em situações de guerra. Para ela, a

[3] As traduções de "On Violence" usadas neste texto são de minha autoria.
[4] O período analisado por ela são os anos 60, tendo sido o texto publicado no início de 1970.

> própria substância da ação violenta é regida pela categoria meios-fins, cuja característica marcante, se aplicada aos assuntos humanos, tem sido sempre que o fim está em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessário para alcançá-lo. Desde que o fim da ação humana, distinta do fim 'produtos da fabricação', não se pode nunca predizer confiavelmente, os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são mais do que nunca, de grande relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos (Arendt, [sd], p. 106).

A autora deseja demonstrar que a violência é uma manifestação política que se dá na esfera política, seja ela expressa por uma rebelião estudantil ou pela fabricação de armamentos nucleares. Ou, no nosso caso, por uma greve de portuários.

H. Arendt, entretanto, vai mais longe. Para ela, os homens podem ser manipulados através da coerção física, pela tortura ou pela fome, e suas opiniões podem ser arbitrariamente formadas pela desinformação deliberada e organizada, mas não através de 'hidden persuaders', televisão, anúncios, ou outros meios psicológicos, em uma sociedade livre" (Arendt, [sd], p. 130), já que na violência estaria embutida o uso da força. Diz ela desejar, assim, "levantar a questão da violência na esfera política" (Arendt, [sd], p. 134).

Existiria, para ela, um "consenso" (Arendt, [sd], p. 134), de "que a violência nada mais é que a mais flagrante manifestação de poder" (Arendt, [sd], p. 134). Pergunta a autora se o desaparecimento da violência no relacionamento entre os estados não significaria o fim do poder. Responde a seguir, dizendo que a resposta depende do que entendemos por poder. E o poder, por sua vez, diz ela, é um instrumento de governo, enquanto o governo deve sua existência ao instinto de dominação. E faz duas citações. Voltaire, para quem o "poder consiste em fazer outros agirem como eu quero" (Arendt, [sd], p. 135), e Weber, para quem poder é "assegurar minha própria vontade contra a resistência" (Arendt, [sd], p. 135). O que, segundo ela, "nos lembra a definição de Clausewitz para a guerra, como um 'ato de violência para forçar o oponente a fazer o que nós desejamos'" (Arendt, [sd], p. 135). A violência seria, portanto, uma das mais flagrantes manifestação de poder.

Poderíamos, pois, considerar a paralisação dos portuários, seu enfrentamento com o governo e a polícia, como um ato de violência que demonstraria a "flagrante" manifestação de poder e (capacidade de) dominação do sindicato? Para Arendt, deveria ser considerado

também o que ela chama de "a mais formidável forma de (...) dominação: a burocracia" (Arendt, [sd], p. 137), onde "a forma extrema de poder é expressa pelo Todos contra Um; a forma extrema de violência é o Um contra Todos. E este caso nunca é possível sem instrumentos" (Arendt, [sd], p. 141). Para ela, poder, força, autoridade, violência, nada mais são que termos que indicam os meios pelos quais o homem governa o homem.

E neste sentido ela faz algumas distinções, que ponho em análise, a seguir.

***Poder***

Poder corresponderia à habilidade não apenas de agir, mas de agir em conjunto. O poder nunca é a propriedade de um único sujeito. Pertence a um grupo e permanece enquanto o grupo permanecer unido[5]. Seria este o medo dos sindicatos? A transferência do poder de definir as escalas de serviço para o OGMO seria o primeiro passo para a desunião, para a dissolução, do grupo? Isto é, dos portuários como grupo e, portanto, do sindicato, como aglutinador desse grupo? Quer seja, o fim de sua dominação?

***Força***

Força[6] designa algo no singular, uma entidade individual. É a propriedade inerente em um objeto ou pessoa e pertence a seu caráter. Pode ser provado em relação a outras coisas ou pessoas, mas é essencialmente independente delas. Diz a autora que

> a força, mesmo do indivíduo mais forte, pode sempre ser sobrepujada pelos outros, que se unirão para a única finalidade de derrubar a força, precisamente por causa de sua peculiar independência. A quase instintiva hostilidade dos 'muitos' contra o 'um' tem sempre sido, desde Platão a Nietzsche, relacionado ao ressentimento, à inveja do fraco pelo forte, mas esta interpretação psicológica "perde o ponto". É natural para um grupo e

[5] Poder corresponde à habilidade humana, não apenas de agir ou de fazer algo, mas de unir-se a outros e agir em concordância com ele. Hannah Arendt mantém, aqui, seu conceito de poder (em *A Condição Humana*, de 1958), isto é, "poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam" (p. 212).

[6] Estado ou qualidade de ser forte.

> seu poder se voltar contra a independência, a propriedade da força individual (Arendt, [sd], p. 143).

É o segundo conceito de *força*[7] que é, para Arendt, utilizado no dia-a-dia como sinônimo de violência, especialmente se a violência serve como um meio de coerção. Seria possível perguntar se, nesse sentido, os estivadores em greve poderiam ser vistos como um instrumento que serve como meio de coerção? Ou seja, poderia a *força* (conjunta) do grupo ser vista como o (efetivo) exercício da violência? Com a finalidade, instrumentalizada pelos sindicatos, de "derrubar o poder" do OGMO?

Para H.Arendt, o segundo conceito de força deveria ser reservado somente para "forças da natureza" ou "força das circunstâncias" (Arendt, [sd], p. 144), isto é, para indicar a energia liberada pelos movimentos físicos ou sociais. Assim, poderíamos ver o grupo de estivadores em greve, e em choque com a polícia, nada mais que uma "força da natureza"? Quer dizer, quase que como um retorno à horda primitiva? Um grupo, por assim dizer, em "estado de natureza"?

***Autoridade***

Este conceito está relacionado ao mais evasivo dos fenômenos descritos pela autora. Diz ela ser o mais freqüentemente abusado. Autoridade pode ser investida em pessoas ) tal como autoridade pessoal, como nas relações entre pais e filhos, como entre professor e aluno. Pode ser investido a escritórios desde o Senado Romano, até nas repartições hierárquicas da Igreja e no Estado Moderno. Neste sentido é interessante notar que um dos "chavões" utilizados pelos portuários é que o OGMO não tem autoridade para definir as escalas. Segundo eles, quem tem autoridade são os sindicatos.

Assim, seguindo Arendt, o que distingue a autoridade é o inquestionável reconhecimento daqueles cuja obediência é solicitada. Seria possível dizer, também, que os sindicatos detêm o "inquestionável reconhecimento" daqueles a quem exige obediência? Talvez pela dominação? pelo poder? pela força? pela violência?). E que os portuários, por

[7] No sentido do exercício do poder para causar, numa pessoa ou coisa, uma ação, movimento, ou um acordo contra sua resistência, e pode se referir à força física ou a qualquer motivo.

reconhecerem sua "autoridade", a legitimam? Continua a autora, ainda, que "a autoridade requer respeito pela pessoa ou escritório e que seu maior inimigo é o desdém, e que o meio mais seguro de enfraquecê-lo é o riso" (Arendt, [sd], p. 144).

Finalmente, acerca do conceito de violência, diz-nos Arendt que este se distingue por seu caráter instrumental e que, fenomenológicamente, "está mais próximo da força, já que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar a força natural até que, no último estágio de seu desenvolvimento, eles possam substituí-la" (Arendt, [sd], p. 145). Para a autora, entretanto, tudo depende do poder por trás da violência. Para ela nenhum governo baseado exclusivamente nos meios da violência já existiu alguma vez. Dá ela a entender que não há como reverter a "fundamental ascendência do poder sobre a violência" (Arendt, [sd], p. 149), e que nem mesmo um governo totalitário o conseguiria, já que necessitaria de uma base de poder.

A pergunta é flagrante. Haveria por parte dos sindicatos a "vontade" de serem totalitários? E por isso o medo de "perder' o poder que exerce sobre os portuários?

Avança H. Arendt em seu raciocínio, dizendo que mesmo "a mais despótica dominação que conhecemos, o governo do senhor sobre os escravos, que sempre excedeu em número, não se apóia em meios superiores de coerção como tal, mas numa organização superior de poder ) isto é, na solidariedade organizada dos senhores" (Arendt, [sd], p. 149). "Nenhum homem, sem o apoio de outros, nunca tem suficiente poder para usar a violência com sucesso" (Arendt, [sd], p. 149-150). Assim, para Arendt, "a violência é, por natureza, instrumental; como todos os meios, sempre precisa de orientação e justificação através do fim que persegue" (Arendt, [sd], p. 150). E, diz ela, "o que precisa de justificação por outra coisa qualquer não pode ser a essência de coisa alguma" (Arendt, [sd], p. 150). Assim, o poder, "longe de ser um meio para um fim, é a própria condição que permite a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de categoria meio-fim" (Arendt, [sd], p. 150). O poder, portanto, para H. Arendt, não necessita de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, necessitando, isto sim, legitimidade.

Para ela, o poder nasce sempre que as pessoas se unem e agem em conjunto. Deriva sua legitimidade, entretanto, da reunião inicial, tanto quanto de qualquer ação que possa seguir daí. A violência, por outro lado, pode ser justificável, mas nunca será legítima, sendo que sua

justificação perde em plausibilidade tanto mais seu fim pretendido retrocede no futuro. O poder e a violência geralmente aparecem juntos. O poder, entretanto, é o fator primário e preponderante, sendo que a equação violência com poder aparece com o governo sendo entendido como a dominação do homem sobre o homem por meio da violência.

Para H. Arendt, a "violência (...) não depende de números ou opiniões, mas em implementos, e os implementos da violência (...) como todas as outras ferramentas aumentam e multiplicam a força humana" (Arendt, [sd], p. 150). E o "governo pela pura violência surge onde o poder está sendo perdido" (Arendt, [sd], p. 152). Diz a autora que a diferença decisiva entre a dominação totalitária, baseada no terror[8], e tiranias e ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira não apenas se volta contra seus inimigos, mas, também, contra seus amigos, e aqueles que a apóiam, e tem medo de todo poder, mesmo do poder de seus amigos (Arendt, [sd], p. 154).

Eis o porquê de os próprios portuários se voltarem contra seus colegas portuários que não apóiam a paralisação, que não concordam com os argumentos do sindicato, tomando como "inimigos" seus iguais que pensam diferente.

Continua Arendt que "politicamente falando, não é suficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos. Onde um governa absoluto, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas deixada a seu próprio curso, ela termina com o desaparecimento do poder. Isto implica em que não é correto pensar que o oposto da violência é a não-violência. Falar de poder não-violento é redundância. A violência pode destruir o poder, mas é completamente incapaz de criá-lo" (Arendt, [sd], p. 155).

Portanto, a "violência, sendo instrumental por natureza, é racional ao ponto de que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. E desde que, quando agimos, nunca sabemos com certeza as eventuais conseqüências do que estamos fazendo, a violência pode permanecer racional somente se persegue objetivos a curto prazo. A violência não promove causas, nem história ou revolução, nem progresso ou reação, mas pode servir para dramatizar os sentimentos e trazê-los à atenção pública" (Arendt, [sd], p. 176).

[8] Que, para Arendt, se expressa na forma de governo que surge quando a violência, tendo destruído todo o poder, não apenas não abdica, como permanece em pleno controle.

"Além do mais, o perigo da violência, mesmo se ela se move conscientemente dentro de um referencial não extremista de objetivos de curto-prazo, será sempre que os meios sobrepujam o fim. Se os objetivos não são alcançados rapidamente, o resultado não será meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o corpo político. A ação é irreversível, e um retorno ao *status quo* no caso de derrota é sempre improvável. A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento" (Arendt, [sd], p. 177).

Finalmente, diz-nos a autora, "voltando à denúncia de Sorel e Pareto, acerca do sistema, quanto maior a burocratização da vida pública, maior será a atração da violência. Em uma burocracia totalmente desenvolvida, não há ninguém com quem se possa argumentar, para quem alguém possa reclamar, sobre quem as pressões do poder possam ser exercidas" (Arendt, [sd], p. 178).

Assim, a burocracia seria para ela, "a forma de governo no qual cada um está privado de liberdade política, do poder de agir; por que o governo por Ninguém não é um não-governo, e onde todos são igualmente desprovido de poder, temos uma tirania sem um tirano" (Arendt, [sd], p. 178).

## Ação estratégica: a instrumentalização do poder e da violência

A segunda parte de minha análise se refere ao que chamei de "instrumentalização da ação estratégica". Como afirmei anteriormente, recorrerei, para tal, a Habermas e a análise que faz ele do conceito de poder para H. Arendt, como descrevi acima.

É possível, segundo Habermas, partir de dois enfoques acerca do conceito de *poder*. O primeiro enfoque seria o teleológico. O segundo, o comunicativo.

Para Habermas o enfoque de Weber, cuja definição é a possibilidade de um sujeito impor sua própria vontade ao comportamento alheio, diria respeito ao enfoque teleológico. Já H. Arendt, segundo ele, "ao contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um

acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre de violência" (Habermas, 1991, p. 228)[9].

Para o autor, "Max Weber parte do modelo teleológico da ação: um sujeito individual (ou grupo, pode ser considerado como um indivíduo) se propõe um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo. O sucesso da ação consiste em provocar no mundo um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Na medida em que tal sucesso depende do comportamento de outro sujeito, deve o ator ter à sua disposição meios que induzem no outro o comportamento desejado. É essa capacidade de disposição sobre meios que permitem influenciar a vontade de outrem que Max Weber chama de *poder*" (Habermas, 1991, p. 229).

Este seria o conceito de *violência* para H.Arendt. Os dois conceitos designariam, pois, a mesma coisa, já que "o sujeito de ações instrumentais, interessado exclusivamente no êxito de sua ação, deve dispor de meios graças aos quais pode forçar um sujeito com capacidade decisória, seja pela ameaça de sanções, seja pela persuasão, seja por uma manipulação hábil das alternativas de ação" (Habermas, 1991, p. 229).

O que é isto? O próprio conceito de poder para Weber. "*Poder* significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade" (Weber, 1984, p. 43, §16), quer seja, a "possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia" (Weber, 1984, p. 696, §1). Diz Habermas, aqui, que o "modelo teleológico da ação, entretanto, apenas considera atores orientados para o próprio sucesso e não para o entendimento mútuo. Somente admite processos de entendimentos mútuo na medida em que os participantes os vêem como funcionalmente necessários ao próprio sucesso" (Habermas, 1991, p. 229).

Continua ele que "tal entendimento, buscado de forma unilateral sob a reserva da instrumentalização para o êxito, não pode ser levado a sério: não preenche as condições de um consenso alcançado de forma não-coercitiva" (Habermas, 1991, p. 229). Para o autor, H. Arendt parte do modelo comunicativo de ação, já que para ela "o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou fazer algo, como de unir-se a outros e atuar em concordância com eles" (Habermas, 1991, p. 209-230)[10].

---

[9] As traduções do texto de Habermas são de minha autoria.

[10] Quer seja, o "poder corresponde à habilidade não apenas de agir, mas de agir em conjunto". Já o original alemão diz que o "poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir ou de fazer algo, mas de unir-se a outros e agir em concordância com eles".

Como analisar, aqui, a relação sindicato *x* portuário? Como uma ação orientada ao sucesso de uma intervenção instrumental, por parte dos sindicatos sobre os portuários, visando a manutenção unilateral do poder (e, portanto, mantendo a estrutura e a dinâmica da dominação) ou como uma ação estratégica, o sindicato levando em conta que os portuários são eles também sujeitos orientados ao próprio sucesso e não ao "bem comum"? Ocorre que o "bem comum" proposto pelos sindicatos é a ilusória manutenção da coerção.

O poder, aqui, não é uma "situação de comunicação livre de coerção". Ao contrário, é uma dinâmica onde os sindicatos agem estrategicamente a fim de manter o controle sobre a micro-dinâmica portuária. Trata-se de uma dinâmica lingüística ideologicamente manipulada que suprime as condições de um possível consenso alcançado de forma não-coercitiva.

Ocorre que no "On violence", não podemos chegar, numa primeira leitura, à conclusão de que o conceito arendtiano de violência seja semelhante, ou igual, ao conceito de Weber para poder.

E menos ainda, que seu conceito de poder seja um conceito comunicativo, como nos diz Habermas. Somente é possível considerar a esfera da ação, para H.Arendt, como sendo "lingüística", ou "comunicativa", se levarmos em conta sua *A Condição Humana*. Que seu conceito de poder seja um conceito comunicativo, somente é possível se levarmos em consideração que, quando Arendt fala de ação, ela nos fala de um processo comunicativo, isto é, "a ação que [o homem] inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato não possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz, e pretende fazer" (Arendt, 1981, p. 191). Diz ela, ainda, que "nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação" (Arendt, 1981, p. 192).

Sem o conhecimento prévio de *A Condição Humana*, não é possível concluir que, como nos diz Habermas, a proposta comunicativa deve ser *zwanglos*, isto é, livre de coerção. Para Arendt, "o espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação" (Arendt, 1981, p. 211). Neste mesmo sentido, diz ela, "é o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam" (Arendt, 1981, p. 212).

Esta colocação do poder como o mantenedor da esfera pública, o espaço potencial da aparência, como diz ela, onde o homem *aparece* para si mesmo e para os outros como é, isto

é, revela-se em seu ato, faz-nos supor que sua ausência revela a violência e que esta poderia ser interpretada como a negação desse espaço potencial da aparência, quer seja, o homem seria proibido de aparecer. No poder, o homem é fim; na violência, o homem é o meio. Deste modo, a consideração da violência como manifestando-se na esfera política e, por conseguinte, dando-se como uma dominação política, na leitura de "On Violence" deixa de início duas dúvidas.

Tomando o exemplo das manifestações dos portuários, o que seria "violência": a manifestação mesma, que colocar-se-ia como uma forma de protesto de um grupo organizado (os portuários e os sindicatos, que podem, assim, serem vistos como um corpo político) contra as instituições estabelecidas (o OGMO e o governo, outros corpos políticos), ou a ação da força (no sentido amplo do termo, isto é, *force*, que comporta o outro conceito de força, *strength*) policial (outra instituição política), a quem podemos atribuir uma capacidade de ação, instrumental, que não revela o agente no ato (mas, talvez, revele a instituição, a organização burocrática, o Um contra Todos, o impessoal contra o pessoal), e no qual o sujeito apenas atinge um fim (no caso a extinção do movimento grevista portuário).

Por outro lado, se considerarmos a violência como designando as ações instrumentais de um sujeito que está interessado exclusivamente no êxito de sua ação e que, portanto, deve ter à sua disposição meios graças aos quais pode forçar um outro sujeito, portador de capacidade decisória, seja através de sanções, seja pela persuasão, seja por uma manipulação hábil de alternativas de ação, podemos fazer algumas considerações.

O conceito de violência, apresentado por Habermas, não fica claro na leitura de "On Violence". Este seria, como já posto, o modelo teleológico da ação, e seria semelhante ao conceito de poder para M. Weber, sendo tal conceito condizente com a instrumentalização de uma vontade alheia para os próprios fins, e consideraria o homem como um meio. Em resumo, poder-se-ia dizer que os sindicatos dos portuários estariam utilizando os portuários como meios (como instrumentos) para atingir seu fim estratégico, quer seja, manter-se no poder e, no caso, decidir sobre as escalas de serviços do porto. Seria assim, contrapondo-se ao conceito arendtiano de poder, este sim, comunicativamente formado, um processo manipulatório, que para a ser bem sucedido deve eliminar o sujeito do espaço da aparência. Como a violência não tem sucesso sempre, e só, pois seria então uma tirania, tanto o sujeito como o espaço da aparência devem ser mantidos, mesmo que apenas "aparentemente". Deste modo teríamos, ainda, ação e discurso, mas não ação na esfera comunicativa, nem discurso na

esfera do entendimento recíproco. Teríamos, isto sim, ação na esfera das ações instrumentais, a ação estratégica, e um discurso na esfera da retórica, da ilusão e do consentimento, o discurso vazio de meras aparências, produto de um processo propositalmente deformado, distorcido, de comunicação. Ideológico, em sua essência.

Diz Habermas que, "(...) mesmo a manipulação bem sucedida deve levar em conta as exigências da racionalidade. Somos convencidos pela verdade de uma proposição, pela adequacidade de uma norma e pela veracidade de um enunciado; a autenticidade de nossa convicção depende da consciência de que essas exigências de validade são reconhecidas racionalmente, ou seja, são motivadas. As convicções são manipuladas, mas não a exigência de racionalidade da qual elas derivam a sua força subjetiva" (Habermas, 1991, p. 231). Continua ele, que "(...) o poder (comunicativamente produzido) das convicções comuns origina-se do fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso. Não utilizam a linguagem "perlocucionariamente", isto é, visando instigar outros sujeitos para um comportamento desejado, mas "ilocucionariamente", isto é, com vistas ao estabelecimento não-coercitivo de relações intersubjetivas" (Habermas, 1991, p. 231).

Tendo em conta o que Habermas coloca, é possível considerar o conceito de violência de H.Arendt como uma ação estratégica, onde a finalidade ultima seria instigar um sujeito à uma ação desejada, num *aparente* espaço da aparência, onde apenas *aparentemente* o sujeito estaria se dando a conhecer, e onde a possibilidade de poder é *aparentemente* mantida. Assim, temos que o discurso na ação estratégica, para ter sucesso, deve expor proposições falsas, normas inadequadas e enunciados não-verazes, quer seja, deve instituir uma mentira. Ao fundar a ilusão como pressuposto de ação e discurso, a mentira proposta será a própria violência. Deste modo, induzir um sujeito com capacidade decisória à uma ação desejada por outro sujeito nada mais é que impedir esse sujeito de defender seus próprios interesses através da ação e do discurso legitimamente formados, isto é, *zwanglos*, livre de coerção.

Por isso, na violência exercida através da ação estratégica, para haver a caracterização da mentira, o sujeito da ação estratégica deve ter em conta quatro aspectos:
1/ consciência do que é certo; 2/ consciência do caráter incerto daquilo que diz; 3/ intenção de enganar (ou, de que o incerto seja tomado pelo certo); e 4/ intenção de ser considerado veraz.

Mantém-se, deste modo, as exigências de racionalidade que vão manipular as convicções do sujeito sobre o qual se atua. Mantém-se, também, aparentemente, uma esfera onde predomina a ação comunicativa. Se aceitarmos que a violência exercida por meio da ação estratégica refere-se à capacidade de impedir outros indivíduos (ou grupos) de defenderem os seus próprios interesses, como nos diz Habermas, percebe-se, de imediato, a relevante atualidade do tema violência.

Arendt nos coloca um conceito de violência que podemos aceitar desde casos limites, como o uso da mera força (física), como num assalto a mão armada, onde estariam suspensas todas as condições que conduzem ao entendimento recíproco num processo comunicativo livre de coerção e que se caracterizaria, portanto, como a vigência do terror. Este seria um dos casos limite onde estariam suspensas todas as possibilidades de ação e discurso.

Do mesmo modo, considerada a colocação de H. Arendt, da "constituição formal da esfera pública", a ação governamental na vida da sociedade também poderia ser colocada em termos de violência, já que coloca em suspenso a formação discursiva do poder. Se considerarmos, como nos diz ela, que o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam, e se considerarmos que tal conceito de poder é discursivo, formado na ação e no discurso, orientado para a formação de uma vontade comum, num processo comunicativo não-coercitivo, e que é este poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam, nada mais fácil que a violência sobrepujá-lo, já que esta é instrumental e necessita, apenas, de instrumentos, para realizar seu intento.

E tais instrumentos, quer seja, os implementos, estes já estão nas mãos daqueles que, para usá-los, basta desejarem. Por isso é fácil concluir, neste momento, que os portuários em paralisação nada mais são do que instrumentos nas mãos daqueles que os manipulam e os usam em benefício próprio. Partindo-se do princípio de que a violência, para utilizarmos Habermas novamente, nada mais é que a faculdade de dispor sobre os recursos e meios de coerção graças aos quais uma liderança política toma decisões obrigatórias e as executa a fim de realizar objetivos coletivos, eles os usam. E, assim, o portuário passou a ser, sem perceber, um recurso a disposição dos sindicatos, que os usam como meio de coerção. Coerção social e política.

Permito-me, agora, dar uma nova definição. Violência significaria a capacidade de disposição de recursos e meios de coação, graças aos quais uma liderança política toma

decisões (necessárias? para quem?) e as executa, a fim de realizar objetivos *supostamente*, *aparentemente*, coletivos. É deste modo que podemos analisar as ultimas decisões do governo, que "aparentemente" envolvem objetivos coletivos. Resta-nos uma pergunta, "coletivos", para quem? Parti da possibilidade de trazer a concepção arendtiana de violência para qualquer ponto da esfera pública e, com ela, analisar os últimos acontecimentos sociais.

Por isso, interessa-me a possibilidade de trazê-la às organizações, tal como o porto de Santos, que, evidentemente, não apenas podem, como devem, ser analisadas como sistemas políticos, espaço por excelência do jogo de interesses, dos conflitos, da disputa pelo poder, espaço onde há estreita relação entre cultura e vida organizacional e a forma como os usos e costumes são colocados e exigidos quanto ao seu cumprimento.

É possível, por isso, analisar as organizações como um dos casos mais envolventes e interessantes da sociedade contemporânea, já que elas reproduzem a esfera política e cultural da sociedade, comportando-se como corpos políticos, como espaços onde os homens aparecem uns aos outros e se mostram como são. Esse espaço de aparência é, entretanto, apenas "aparente", pois a organização, como imitação da esfera política, tem implementos à sua disposição para garantir sua atuação, uma atuação que se caracteriza por ser um processo de violência.

A organização atua estrategicamente, no sentido de que os sujeitos, na organização, não podem ser o que são, mas devem ser o que ela quer que eles sejam. Aqui, nesta esfera, agir estrategicamente significa agir com violência. E esta violência tem a característica de ser a *aparente possibilidade de poder*. Esta violência não existe sozinha e não sobrevive sem o poder (comunicativamente) estabelecido, já que a organização não é uma senzala, seus executivos não são senhores de escravo e seus funcionários não são escravos.

Apenas em termos.

São "escravos", isto sim, da esfera política e cultural da organização, já que a violência coloca limites através de implementos adequados, de coação, de manipulação, de dominação.

Assim, na organização, o poder, comunicativamente formado, existe apenas aparentemente, e simula o entendimento mútuo. Ilude o agente para que ele veja no êxito de sua atuação uma possibilidade de entendimento. A violência leva o agente a confundir o poder comunicativamente formado com o potencial de êxito através da ação estratégica. Esta é, talvez, a maior violência que se exerce sobre o sujeito, já que se mantém as exigências de

racionalidade do processo comunicativo formador de convicções através de um processo distorcido de comunicação, isto é, na violência o agente manipula, ilude, engana, mente.

Se considerarmos aqui as duas dimensões existentes na organização, o simbólico e o real, o simbólico representando a manifestação das esferas política e cultural da organização e o real a estrutura onde ocorrem tais manifestações, poderíamos aceitar que a estrutura da organização tem capacidade de bloquear os processos comunicativos dotados de eficácia legitimadora que iludem o sujeito sobre si mesmo e sobre sua efetiva posição na realidade.

A violência, ou seu exercício, na organização, constituir-se-ia, assim, na suspensão, ou no bloqueio, das condições que levariam a um processo comunicativo livre de coerção. A ilusão do poder seria o caso mais flagrante de violência, já que, aqui, estariam suspensas as condições legitimadoras das convicções comuns, havendo apenas a necessidade de justificativas, sendo que tais justificativas não legitimariam coisa alguma.

Deste modo, na violência, o agente, ao agir, deve ter em conta o que é certo, o caráter incerto daquilo que diz, a intenção de enganar e a intenção de ser considerado veraz. Essa é a condição para a violência sobrepor-se ao poder, mantendo-se como ilusória possibilidade de poder. A violência tem um discurso e seu conteúdo ilude o sujeito, que vê possibilidade de poder onde só existe violência.

## Os portos, hoje

A pesquisa, tal como está elaborada nesta fase, está sendo conduzida, também, nos portos de A Coruña e Vigo.

A situação no Porto de Santos, tal como se nos apresenta hoje, no que se refere aos vários sindicatos de portuários aí existente, está presenciando uma mudança gradativa de postura de seus dirigentes, principalmente no que se refere à mudanças estruturais e orgânicas no trabalho.

O exemplo mais crítico, e mais importante, vem do SETTAPORT - Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo, que adquiriu imóveis na cidade de Santos, com a intenção de criar um “Centro Tecnológico do Portuário”, trabalhando em conjunto com duas universidades locais, com a finalidade de preparar seus associados para as mudanças orgânicas, estruturais e tecnológicas no que se refere ao trabalho no porto.

A intenção do sindicato é oferecer formação continuada para seus associados e familiares, partindo da premissa de que o trabalho no porto (e nos portos, de modo geral) mudará de manual para cada vez mais automatizado e, eventualmente, controlado a distância via internet ou outro procedimento via fibra ótica ou satélite. Assim, pressupõe o sindicato, numa mudança radical de postura, no que se refere ao poder e à estrutura de poder (tal como aqui trabalhado), que o portuário não será, como nos velhos tempos, portuário para sempre, e não estará mais submetido ao processo tradicional de dominação "sindicalmente" estruturado. Percebe-se, pois, que o processo de dominação muda seus modos, e seu meio de agir.

Passamos, assim, da fase taylorista ao prenuncio da pós-modernidade no trabalho. Primeiro, o trabalhador era as mãos e as pernas da empresa, era a força de trabalho; depois, deu-se a ele um coração, e ele passa a respeitar e a admirar a empresa; depois deu-se a ele uma cabeça, e ele passou a pensar para a empresa; depois deu-se a ele uma alma, e ele passou a ter dedicação infinita pela empresa. Finalmente, neste que é o prenúncio da pós-modernidade, está se dando a ele uma visão para buscar por si mesmo novas saídas e soluções. A curto prazo, deseja-se que isso seja um benefício para o trabalhador. A longo prazo, que isso seja proveitoso para a empresa.

Muda-se, assim, o eixo do poder e a dinâmica da dominação.

No caso do Porto de A Coruña, as mudanças que estão ocorrendo, e que ocorrerão, fundam-se na construção do novo porto exterior de A Coruña e a conseqüente criação de espaço social no porto hoje existente.

O deslocamento de áreas portuárias da cidade para a costa, o deslocamento e a mudança do trabalho e dos serviços e procedimentos portuários, acarretará significativa mudança no estilo de vida da cidade, de seus habitantes e dos trabalhadores do porto, assim como alterará a estrutura dos arredores do novo porto exterior. A mudança na estrutura de poder no porto já é visível. Alguns portuários entrevistados percebem a mudança, considerada, possivelmente, como a mais importante dos 2000 anos de existência desse porto.

Duas são as mudanças significativas, que já começam a aparecer, segundo alguns dos entrevistados. Primeiro, a transferência da atividade portuária para o Porto Exterior, além de tirar da cidade o constante risco de acidente causado pelos dutos de petróleo, gasolina, gás e outros granéis líquidos, sem contar o carvão, causador de grande parte da fuligem na zona monumental da cidade, tenderá a incrementar os negócios, levando ao crescimento da

importância da cidade como um dos portos comerciais mais modernos da España. Segundo, que a criação de espaço físico e a redução da periculosidade no espaço do atual porto, tenderá a incrementar as áreas de turismo, com a cidade voltando-se definitivamente para sua história de cidade marinheira e para uma possível concepção de cidade de turismo marítimo (e marinho). Não esquecendo, nesse grande espaço turístico que é a cidade e seu porto, a pesca desportiva e sua história céltico-romana.

No caso do porto de Vigo, a mudança mais significativa está ocorrendo na estrutura de poder do porto, em sí, com a expansão da zona franca. O porto aparece, para o portuário que ali trabalha como o "coração da cidade", como "o pulmão da cidade". Para alguns dos entrevistados, o incremento do espaço e das atividades da Zona Franca só tende a beneficiar a cidade e seus trabalhadores[11].

No que se refere à estrutura e à dinâmica do poder nos três portos, percebe-se, de imediato que:

- suas esferas de atuação são distintas (porto, cidade, sindicato, e no caso de Vigo, a zona franca),
- o meio utilizado para influenciar o portuário tem estrutura semelhante (o trabalho e o futuro do trabalho como significante),
- a forma como o portuário constrói sua "filiação imaginária" ao porto tem variações (algumas significativas: imagem de sí-mesmo, imagem da família, imagem da mãe [a grande mãe provedora], imagem do pai).

Finalmente, aparece a imagem do sindicato como um possível eixo, em volta do qual o portuário poderia encontrar a solução para seu futuro. Um futuro que nenhum dos sujeitos, porto, sindicato e portuário, tem percepção clara do que poderia ser. O único ponto de concordância entre esses sujeitos: ainda há muito o que se fazer para se resolver todos os problemas que a globalização trouxe.

O porto de Santos se vê, neste momento, envolto pela polêmica causada por forças políticas, interna e externas ao porto. Trata-se da discussão sobre a "regionalização", a "municipalização" e a "estadualização" do porto. São termos, e por assim dizer, conceitos, pouco compreendidos até o momento, em que não se discute a "gestão do porto" e suas formas, preferindo-se usar termos ambíguos, como tomar o porto por um "pólo de poder".

Resta-nos, neste momento, ver no que dá.

**Referências bibliográficas**

Arendt, Hannah (sd) "On violence" In: Crises of the Republic, New York, Harvest/Harcourt Brace, p. 103-198.

_____ (1981) A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária; Rio de Janeiro, Salamandra; São Paulo, EDUSP.

Freddo, Antonio Carlos (2005) "De FHC a Lula. Un ensaio sócio-psicanalítico sobre a 'crise brasileira'" In: RGE - Revista Galega de Economia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha v. 14, n. 1-2, p. 491-501. Número monográfico "América Latina: Economía Políticia e Innovación Empresarial". Edição impressa em galego.

_____ (2005) "Porto, portuário e imaginário. Uma proposta de análise sobre o poder e a autoridade". Cladea 2005 - XXX Assembléia Anual do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração. Sesión 2.20 - Poder y Conflito en la Gestión de Organizaciones. Santiago do Chile (Chile), Universidad de Chile - Universidad San Ignácio de Loyola.

_____ (2004) "Imaginário y estructura portuária pública. Un aporte teórico sobre el imaginario del portuário en los puertos de Santos (Brasil) y Vigo (España)", Federación Española de Sociología, VIII Congreso Español de Sociologia - Transformaciones globales: confianza y riesgo. Grupo de Trabajo 15: Sociología de las Organizaciones, Sesión 4ª. - Poder, ética y democracia en las organizaciones.

_____ (2002) "Modernização portuária, poder e violência" In: Junqueira, Luciano A. Prates (org.) Desafios da Modernização Portuária, São Paulo, Aduaneiras, p. 33-53.

_____ (2002) "A instituição imaginária do poder no Porto de Santos". Cladea 2002 - XXXVII Assembléia do conselho Latino-Americano de Escolas de Administração, Porto Alegre (RS), UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[11] Espera-se dar esta pesquisa por concluída até o final do ano 2007.

Freddo, Antonio Carlos (2002) "Porto, poder e imaginário". V Simpoi 2002 - Simpósio de Administração da Produção Logística e Operações Internacionais. Operações e Redes Produtivas: Integração e Flexibilidade. São Paulo, FGV- Fundação Getúlio Vargas.

_____ (2002) "Ética del deseo e estructura portuária pública". I Congreso Iberoamericano de Ética y Filosofía Política. Universidade de Alcalá ; Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC, Alcalá de Henares (Madrid/España).

_____ (2002) "Modernização portuária, poder e violência. Um ensaio sobre as forças sociais em ação no Porto de Santos". XXVI ENANPAD - Encontro Anual da Anpad, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Salvador (Bahia).

_____ (2001) "Del Publico al Privado: la transferencia del poder (un estudio sobre la formación del imaginario del portuario sobre las relaciones de poder en el Puerto de Santos)", VII Congreso Español de Sociología "Convergencias y Divergencias en la Sociedad Global". Federación Española de Sociología, Salamanca (España).

_____ (2001) "O espelho da alienação", Cadernos Posgrad - Cadernos de Pós-Graduação da Universidade Católica de Santos. Universidade Católica de Santos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum. Gestão de Negócios, n. 1, p. 1-28.

_____; Junqueira, Luciano Antonio Prates; Aguiar, Maria Aparecida Ferreira de (2006) "O Sindicato dos Estivadores de Santos e o Processo de Modernização Portuária", RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: FGV, v. 40, n. 6, p. 997-1017.

Freddo, Antonio Carlos; Cunha, Icaro Aronovich; Aguiar, Maria Aparecida Ferreira de (2006) "Imaginario y relaciones de poder en el Puerto de Santos", X Colóquio Internacional sobre Poder Local. Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, Salvador (Bahia)

_____; _____; _____ (2006) "Gestão Ambiental e Competitividade dos Portos", XIII SIMPEP 2006 - Simpósio de Engenharia da Produção. Empreendedorismo e Sustentabilidade nos Sistemas Produtivos, Bauru (SP).

Habermas, Jürgen (1991) "Hannah Arendts Begriff der Macht" In: Philosophisch-politische Profile, 2. Aufl, Frankfurt am Main, Suhrkamp, p. 228-248.

Weber, Max (1984) Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva, 2. ed, México, Fondo de Cultura Económica.

Os autores:

**Antonio Carlos Freddo**
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos
Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas Brasil-Espanha

**Esther Cabado Modia**
Instituto de Negócios
Universidade Bandeirante de São Paulo